

SANTOS, Matilde Mendonça dos (2022). *Zelar pela Fé: Inquisição e Episcopado na Diocese de Cabo Verde (1646-1821)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), 280 pp., ISBN: 978-972-8361-91-4.

A relação entre o episcopado e a Inquisição em Portugal foi singular, na medida em que se verificou uma maior colaboração entre estas instituições no reino lusitano do que em outras partes da Europa onde o Santo Ofício atuou, nomeadamente Espanha e Itália. Esta relação, contudo, teve facetas singulares nos diversos territórios que integravam o império português, e o arquipélago de Cabo Verde carecia de estudo aprofundado.

Diante deste cenário, o livro *Zelar pela Fé: Inquisição e Episcopado na Diocese de Cabo Verde (1646-1821)*, fruto da investigação efetuada para a tese de doutoramento de Matilde Mendonça dos Santos na Universidade de Coimbra, é uma adição relevante para a historiografia sobre esta tácita cooperação entre o Tribunal da Santa Fé e o episcopado português, fornecendo, também, uma rica análise da atuação dos bispos que ocuparam aquela mitra ao longo do período abordado. O livro afere que a atividade inquisitorial no arquipélago e na costa da Guiné (que estava sob jurisdição da Sé cabo-verdiana) deveu muito ao auxílio prestado pelos antístites, sendo este facto ainda mais evidente nos momentos em que, por qualquer razão, esta aliança não se concretizava. Não obstante, a tese de Santos consegue sustentar que, em tais situações, a Inquisição se revelou bastante capaz de se reajustar aos novos desafios, recrutando a ajuda de outros poderes locais, seculares ou eclesiásticos, ou escolhendo agentes próprios para atuarem diretamente nas ilhas.

Ademais, é necessário mencionar que a autora também demonstrou esta capacidade de adaptação perante as dificuldades impostas pela investigação. Forçada a trabalhar sem o importantíssimo espólio documental do arquivo diocesano de Cabo Verde, perdido nas intempéries da história, Santos recorreu, porém não exclusivamente, aos fundos inquisitoriais do Tribunal de Lisboa, na Torre do Tombo, bem como a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino. Com o cruzamento destas fontes, empregando uma metodologia diacrónica e comparativa, a historiadora logrou extrair valiosos indícios da natureza da conduta dos bispos cabo-verdianos, o seu papel na evangelização e manutenção da fé católica nos territórios englobados pela diocese, e a relação cultivada com o Santo Ofício.

A escolha dos três recortes temporais que estruturam a obra foi pertinente, refletindo a abordagem diacrónica da investigação e captando com sucesso as

mudanças nas dinâmicas e conjunturas do espaço em estudo. Estes recortes, por sua vez, foram divididos em dois capítulos cada, sem, contudo, perderem a concatenação necessária para uma narrativa coesa. Desta forma, o leitor encontra uma clara explanação dos pontos principais da autora, acompanhados dos devidos exemplos que sustentam o argumento, como é o caso do destaque dado à atuação de Frei Paulo de Lordelo, frade franciscano e frequente colaborador da Inquisição, para ilustrar os estreitos laços que se formaram entre os religiosos do Convento de São Francisco e o Tribunal durante a longa sede vacante, quando a ausência do bispo privou o Santo Ofício de um importante aliado nas ilhas e o obrigou a engendrar novas estratégias para permanecer atuante.

Aliás, este período de interregno episcopal, advindo da turbulenta conjuntura da Restauração, é o intervalo abordado na primeira parte desta obra, destacando-se por ter uma divisão mais temática dos subcapítulos, contrastando com as demais, guiadas temporalmente pelo mandato dos preladados. É nos dois capítulos iniciais que se assentam as bases do contexto económico, social, político e religioso da diocese de Cabo Verde, cruciais para a discussão das estratégias e alianças do episcopado com a Inquisição, visando o disciplinamento social e evangelização das populações. Igualmente, são dadas a conhecer as dificuldades inerentes à natureza do espaço, tanto pelo facto de ser uma região do império em manifesto declínio económico e social, quanto pelo avultado custo que as deslocações pelo território acarretavam. Posto isto, estes obstáculos travavam a realização das visitas pastorais, principal instrumento episcopal para a disseminação e fiscalização da fé católica, impedindo, de igual modo, a formação de um corpo de letrados capacitado para ocupar cargos não só diocesanos, como inquisitoriais. Os poucos recursos financeiros e humanos da diocese serão uma questão ubíqua no decorrer do período abordado, afigurando-se como uma das hipóteses levantadas por Santos para justificar uma presença bastante tímida de agentes habilitados da Inquisição em Cabo Verde (totalizando 8 entre 1646 e 1821, em contraste com o reino, ou até o Brasil, onde foram nomeados 3.114 familiares).

Sobre este último ponto, a historiadora conjectura, também, que este número tão modesto de familiares, comissários e qualificadores em solos cabo-verdiano e guineense seja reflexo de uma política do Santo Ofício de se ancorar nos poderes locais, seculares e eclesiásticos, com destaque para o episcopado, para a efetivação de suas diligências. Esta lógica foi somente interrompida quando se verificou uma mudança na dinâmica de auxílio, como durante os ciclos de sede vacante, compelindo a Inquisição a recorrer à nomeação de agentes próprios, não desconsiderando que o processo de habilitação privava a esmagadora maioria

da população cabo-verdiana de ocupar estes cargos. Portanto, seria errónea a interpretação da escassa presença de atores inquisitoriais como ausência da Inquisição em Cabo Verde, ou negligência da instituição desta parte do império. Esta obra evidencia que, através das diversas estratégias empregues pelo Santo Ofício para manter a sua autoridade no arquipélago, o seu objetivo de disciplinar a população cabo-verdiana em matérias da fé esteve no horizonte dos inquisidores, inclusive nos tempos de declínio do Tribunal.

O esforço inquisitorial nos territórios insulares e da costa da Guiné compreende-se, também, pela complexidade da situação destas populações em matéria das práticas religiosas. A historiadora, analisando minuciosamente os poucos processos efetuados contra residentes da diocese cabo-verdiana, denúncias e correspondência entre diferentes poderes locais, fornece um vislumbre de um cenário religioso diversificado e, numa visão de “zelar pela fé”, bastante desregrado. Deste modo, a espiritualidade dos diferentes povos da região guineense, ou dos trazidos como escravizados, combinava-se com ritos cristãos, resultando em centenas de denúncias de feitiçaria e bruxaria, muitas delas reencaminhadas pelos antístites para o Tribunal lisboeta. Pese o facto de que apenas uma pequena fração destas acusações gerou processos, e a maioria destes por delitos de feitiçaria, é de se notar que, no contexto do arquipélago e da costa da Guiné, a Inquisição viu, com o passar do tempo, o seu foco a desviar-se do seu principal inimigo, os cristãos-novos, para estas práticas religiosas designadas “idolatrias”. Acerca deste tópico, contudo, a autora poderia ter aprofundado um pouco mais sobre a natureza destas espiritualidades africanas, uma vez que o leitor se inteira da sua presença através das práticas desviantes, mas não da sua substância.

No que respeita à relação entre os bispos de Cabo Verde e o Santo Ofício propriamente dita, a proposição da colaboração tácita entre estas duas entidades, desenvolvida pelo historiador e orientador da tese que originou a obra aqui apreciada, José Pedro Paiva, foi demonstrada. Santos, através de um olhar atento aos indícios deixados pela documentação, descobriu medidas e atitudes por parte dos prelados que, inequivocamente, salvaguardavam as prerrogativas e autoridade da Inquisição na diocese. De entre estas medidas, que incluíam a remessa de denúncias para o tribunal de Lisboa, prisões, fiscalização de livros proibidos e outras diligências, a historiadora encontrou indícios da extraordinária realização de um auto-da-fé em Cabo Verde (rara ocorrência fora de sedes de tribunais) em plena suspensão do Santo Ofício. Embora, com o passar do tempo e com o declínio da instituição inquisitorial, esta relação arrefecesse, nunca assumiu contornos de contestação e rutura com a Inquisição.

Face ao exposto, depreende-se que Matilde Mendonça dos Santos inovou

na abordagem do episcopado e sua ligação com o Santo Ofício em Cabo Verde, angariando evidências concretas de que neste recanto do império português, à semelhança dos outros territórios sob o domínio de Portugal, inquisidores e bispos foram firmes aliados na tarefa de “zelar pela fé”, embora sujeitos às condições económicas, políticas e sociais da diocese. Não obstante, a autora demonstrou destramente a forma como ambas as instituições navegaram as dificuldades que surgiam, e a constatação destas adaptações e reajustes abre as portas para novas e promissoras investigações, como, por exemplo, de que outra maneira a história cabo-verdiana foi marcada pelos religiosos franciscanos, dado o seu papel na manutenção da autoridade inquisitorial no arquipélago. Sem sombra de dúvida, esta obra demonstrou ser um importantíssimo acréscimo à bibliografia da história de Cabo Verde, não apenas no campo religioso.

V. ALEJANDRO MORALES

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

va.borgesmorales@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5464-2688>

